



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

CIÊNCIA POLÍTICA COM ÊNFASE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Samuel Brandão Rodrigues

A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ARTESANATO

DURANTE A COVID-19 EM PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA

DOS BENEFICIÁRIOS

RECIFE

2024

SAMUEL BRANDÃO RODRIGUES

**A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ARTESANATO
DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 EM PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE DA
PERSPECTIVA DOS BENEFICIÁRIOS**

Monografia apresentada ao Departamento de
Ciência Política da Universidade Federal de
Pernambuco como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Ciência
Política

Orientador: Prof. Dr. Diogo Helal

RECIFE

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Rodrigues, Samuel Brandão.

A implementação de políticas públicas voltadas ao artesanato durante a COVID-19 em Pernambuco: uma análise da perspectiva dos beneficiários / Samuel Brandão Rodrigues. - Recife, 2024.

56 p., tab.

Orientador(a): Diogo Henrique Helal

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Ciência Política, 2024. Inclui referências, apêndices.

1. Implementação de Políticas Públicas. 2. Artesanato. 3. Pandemia de COVID-19. 4. Pernambuco. I. Helal, Diogo Henrique. (Orientação). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

SAMUEL BRANDÃO RODRIGUES

**A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ARTESANATO
DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 EM PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE DA
PERSPECTIVA DOS BENEFICIÁRIOS**

Monografia apresentada ao Departamento de
Ciência Política da Universidade Federal de
Pernambuco como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Ciência
Política

Aprovado em: 26/03/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Doutor Diogo Henrique Helal
Programa de Pós-Graduação em Administração (UFPE) e
Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)

Prof^a. Doutora Virginia Rocha
Departamento de Ciência Política (UFPE)

Prof^a. Doutora Denise Souza
Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo (PPGIC/UFPE)

Agradecimentos

Acredito que será difícil agradecer a todos que desejo nesta única página, mas tentarei ser breve. Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer aos meus pais Afonso Ligório e Sofia Brandão que foram meus alicerces para o início e continuidade da minha formação em Ciência Política, por muitos momentos descreditei do meu potencial mas eles se fizeram presentes, me incentivando e me fazendo acreditar que sou capaz. Também agradeço ao meu irmão Tomás Brandão por todas as conversas e aprendizados (e também por sempre fazer café a mais)

Gostaria também de agradecer à minha companheira Letícia Rossiter, por todo apoio, por todas as conversas, por ser minha melhor amiga e por sempre estar ao meu lado. Todo esse processo foi mais fácil e mais suave por te ter ao meu lado sempre acreditando e torcendo por mim. Que possamos comemorar muitas conquistas juntos.

Não poderia deixar de citar meus amigos (irmãos) que levo no peito há mais de 15 anos: Antônio Alves, Gabriel Tavares, Lucas Padilha e Luiz Eduardo Martins. Sem vocês eu não seria quem sou hoje. Obrigado por todas as conversas profundas sobre futuros incertos, por todas as saídas para espalhar a cabeça, por todas as noites jogando juntos e por sempre me fazerem rir e lembrar que a vida é melhor com amigos como vocês.

Meus colegas de curso foram de extrema importância para que eu pudesse chegar onde estou chegando. Agradeço em especial à Maria Cecília França, Vinícius Lopes, Guilherme Gusmão, Cecília Nunes e Sofia Ratis por desde o começo da graduação serem uma rede de apoio em trabalhos, artigos, conversas e incentivos.

E por último mas não menos importante, ao meu orientador Diogo Helal por todo apoio, conversas, orientações, cafés e discussões. Obrigado por abrir as portas do mundo da pesquisa para mim e por me ajudar a me encontrar cada vez mais na minha área. Contar com um orientador tão presente, competente e amigo como o senhor é uma honra, muito obrigado.

RESUMO

Iniciada no ano de 2020, a pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo globalmente, com mais de 700 mil mortes registradas apenas no Brasil pela OMS. Tal situação afetou diversos aspectos da vida cotidiana e teve um impacto notável na economia, levando ao fechamento de muitos negócios devido ao distanciamento social. O setor do artesanato foi particularmente impactado, classificado como o quinto mais atingido, segundo dados da FGV e do Sebrae em 2021. Diante disso, cabe compreender: qual é a percepção dos artesãos pernambucanos acerca do processo de implementação de políticas públicas voltadas para eles pelo governo de Pernambuco no período da pandemia de COVID-19? Para tanto, este estudo investiga a perspectiva dos artesãos de Pernambuco sobre políticas públicas direcionadas a eles durante a pandemia de COVID-19. A pesquisa compreende duas fases: primeiro, a identificação e análise, por meio de uma pesquisa documental nos diários oficiais publicados no período pandêmico, das políticas específicas para o artesanato durante a pandemia; em segundo lugar, por meio de entrevistas semiestruturadas com artesãos e mestres participantes da 23ª FENEARTE, são exploradas suas visões em relação a essas políticas a partir de uma análise de conteúdo através de uma matriz analítica. Este trabalho contribui para a melhor compreensão do processo de implementação de políticas públicas e fornece perspectivas valiosas dos próprios beneficiários a respeito deste processo. Discussões a respeito da proximidade entre poder público e beneficiários e a homogeneização do beneficiário são abordadas a partir dos achados da pesquisa, que demonstraram uma diferença significativa na perspectiva dos mestres e não mestres artesãos a respeito dos impactos da pandemia e das ações do estado de Pernambuco voltadas para eles.

Palavras-chave: Implementação de Políticas Públicas; Artesanato; Pandemia de COVID-19; Pernambuco

ABSTRACT

Started in 2020, the COVID-19 pandemic had a significant global impact, with over 700,000 deaths recorded in Brazil alone by the WHO. This situation affected various aspects of daily life and had a notable impact on the economy, leading to the closure of many businesses due to social distancing. The handicraft sector was particularly impacted, being classified as the fifth most affected, according to data from FGV and Sebrae in 2021. In light of this, it is important to understand: what is the perception of Pernambuco artisans regarding the process of implementing public policies aimed at them by the government of Pernambuco during the COVID-19 pandemic? To this end, this study investigates the perspective of Pernambuco artisans on public policies directed at them during the COVID-19 pandemic. The research comprises two phases: first, the identification and analysis, through documentary research in the official gazettes published during the pandemic period, of the specific policies for handicrafts during the pandemic; secondly, through semi-structured interviews with artisans and master craftsmen participating in the 23rd FENEARTE, their views on these policies are explored through content analysis using an analytical matrix. This work contributes to a better understanding of the public policy implementation process and provides valuable insights from the beneficiaries themselves regarding this process. Discussions about the proximity between public authorities and beneficiaries and the homogenization of the beneficiary are addressed based on the research findings, which demonstrated a significant difference in the perspective of master and non-master artisans regarding the impacts of the pandemic and the actions of the state of Pernambuco aimed at them.

Key-words: Public Policy Implementation; Handicraft; COVID-19 Pandemic; Pernambuco

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ciclo de Políticas Públicas	14
Figura 2: Matriz analítica dos artesãos	32
Figura 3: Matriz analítica dos mestres artesãos	33

LISTA DE SIGLAS

FGV	Fundação Getúlio Vargas
FENEARTE	Feira Nacional de Negócios do Artesanato
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
PAP	Programa de Artesanato da Paraíba
OMS	Organização Mundial de Saúde
M1	Mestre 1
M2	Mestre 2
M3	Mestre 3
M4	Mestre 4
A1	Artesão 1
A2	Artesão 2
A3	Artesão 3
A4	Artesão 4

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 OBJETIVOS.....	12
1.1.1 OBJETIVO GERAL.....	12
1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
1.2 JUSTIFICATIVA	13
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	15
2.1. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	15
2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ARTESANATO.....	20
3. METODOLOGIA.....	25
4. ASPECTOS ÉTICOS.....	28
5. ANÁLISE DOS DADOS SECUNDÁRIOS.....	30
6. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	35
7. DISCUSSÃO	43
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICE A: ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTAS.	55
APÊNDICE B: INFORMAÇÕES ADICIONAIS	56

1. INTRODUÇÃO:

O artesanato pode ser definido como a arte ou ofício de produzir objetos individuais que carregam questões sociais e de ancestralidade, sua produção está enraizada no cotidiano dos indivíduos (Gomes, 2021). A atividade artesã possui, em sua essência, dois fatores principais que se sustentam: o econômico e o cultural, sendo o primeiro referente à venda do produto artesão por parte do profissional e o segundo referente ao fato de que o artesanato possui valor simbólico e representativo do contexto que o artesão se insere, transmitindo sua realidade através da arte. Ambos fatores devem ser pensados de maneira conjunta ao serem consideradas políticas de amparo ao profissional artesão. De acordo com o DataSebrae (2017), 3 em cada 5 artesãos possuem o ofício como sua principal fonte de renda, o que demonstra a relevância da atividade para a subsistência de diversos profissionais da área, tais como artesãos comuns e mestres.

Durante a pandemia de COVID-19, iniciada nos primeiros meses do ano de 2020, medidas de distanciamento social foram necessárias para frear os avanços do vírus por todo o país e por todo o mundo, sendo fundamentais para a redução do número de mortes diárias causadas pela doença. Apesar de eficazes e urgentes, tais medidas tiveram consequências para o setor econômico, de maneira que muitos empreendedores optaram por encerrar suas atividades ou investir no comércio online como forma de amenizar os danos causados pelo distanciamento social aos seus negócios.

Para os artesãos, as consequências não foram diferentes, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Sebrae em parceria com a FGV, o artesanato foi o quinto setor mais afetado pela pandemia, com seu faturamento chegando a decair em 46% no ano de 2021 em relação ao ano anterior (Rodrigues, 2021), além disso, a inserção do artesão no comércio online é algo custoso, visto que grande parte dos profissionais da área pertencem a uma parcela mais carente da população (Moraes Sobrinho et al., 2013), dificultando o acesso aos meios

tecnológicos de subsistência, que foram uma solução viável para muitos empreendedores manterem suas vendas durante a pandemia (Rodrigues, 2021).

Ao entendermos os prejuízos causados pela pandemia de COVID-19 à classe artesã e termos em mente a falta de amparo à mesma, faz-se relevante entender a percepção dos artesãos acerca das ações e da implementação de políticas públicas do governo de Pernambuco voltadas para o artesanato durante tal período com a finalidade de melhor compreender a perspectiva dos beneficiários (artesãos) e almejar possíveis soluções para tal problemática, dessa forma, trazendo luz sobre a relação entre implementadores e beneficiários e possibilitando o entendimento do sentimento dos beneficiários frente à essa relação.

O presente estudo foca no debate da temática das políticas públicas, abordando seu processo de implementação e avaliação por parte dos beneficiários, utilizando como referencial teórico estudos sobre a implementação de políticas públicas e sobre políticas públicas voltadas ao artesanato no Brasil com o objetivo de responder à pergunta de pesquisa empírica: qual é a percepção dos artesãos pernambucanos acerca do processo de implementação de políticas públicas voltadas para eles pelo governo de Pernambuco no período da pandemia de COVID-19?

Para responder tal pergunta, o presente estudo tem como objetivo geral compreender o processo de implementação de políticas públicas voltadas ao artesanato pelo governo do Estado de Pernambuco durante a pandemia de COVID-19 a partir da percepção dos mestres e não mestres artesãos beneficiários.

Os estudos a respeito das políticas públicas voltadas ao artesanato com enfoque no processo de implementação são escassos, entretanto, a etapa de implementação carrega sobre si grande influência na eficácia da política pública de acordo com Silva e Melo (2000). Sendo assim, este estudo contribui teoricamente para o debate das políticas públicas voltadas ao

artesanato, extraindo, qualitativamente, a visão dos principais beneficiários de tais políticas do Estado de Pernambuco acerca da implementação. Além disso, o recorte temporal da pandemia de COVID-19 possibilita o entendimento dos entraves sofridos pelos artesãos e das ações tomadas pelo governo de Pernambuco para sanar tais dificuldades agravadas, sobretudo, pela pandemia.

O trabalho estrutura-se, após a introdução, pela sua justificativa, seguida de duas revisões bibliográficas que dizem respeito aos estudos sobre implementação de políticas públicas e aos estudos sobre políticas públicas voltadas ao artesanato. Após as revisões, a descrição da sua metodologia é explicada. É apresentada em seguida uma análise descritiva de ações do governo do estado de Pernambuco voltadas ao artesanato durante a pandemia de COVID-19 a partir de dados coletados de diários oficiais publicados durante a pandemia.

Após a análise dos dados secundários, a análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas realizadas é apresentada, sendo divididas em duas partes: a primeira trata-se de uma análise direta dos dados, traçando comparações entre as categorias e variáveis definidas à posteriori e a segunda parte foca no debate com a teoria, utilizando de referências bibliográficas para embasar as análises realizadas, trazendo trechos das entrevistas para ilustrar.

A conclusão do presente trabalho baseia-se na discrepância observada entre as respostas de mestres e não mestres a respeito das duas categorias: o impacto da pandemia sobre a atividade e o apoio do estado de Pernambuco. Enquanto os artesãos comuns perceberam muito mais impactos negativos da pandemia sobre suas atividades, os mestres perceberam o inverso, relatando impactos positivos e neutros em todas as entrevistas. No caso do apoio do estado, os mestres relataram ter recebido mais apoio do que os artesãos.

Dessa forma, a discussão acerca da homogeneização do beneficiário é abordada para tentar compreender o fenômeno observado. Tal discussão apoia-se na noção de que

beneficiários de uma mesma política não podem ser tratados em uma única “massa”, sendo necessário entender seus diferentes contextos, interesses e necessidades para um processo de implementação mais assertivo. Sendo assim, evoca-se a necessidade de uma proximidade entre poder público e atores beneficiários, a partir de discussões teóricas.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 - Objetivo geral: Compreender o processo de implementação de políticas públicas voltadas ao artesanato pelo governo do Estado de Pernambuco durante a pandemia de COVID-19 a partir da percepção dos mestres e não mestres artesãos beneficiários.

1.1.2 - Objetivos Específicos (OE)

OE1: Identificar e analisar descritivamente medidas, projetos e intervenções implementadas pelo governo do estado de Pernambuco para apoiar os artesãos diante dos desafios enfrentados durante a pandemia de COVID-19.

OE2: Analisar, a partir de entrevistas, a percepção dos artesãos pernambucanos acerca da implementação de políticas públicas voltadas para eles durante a pandemia de COVID-19.

OE3: Comparar, a partir de uma matriz analítica, a percepção de mestres e não mestres acerca dos impactos da pandemia sobre a atividade artesã e das ações do Estado de Pernambuco durante a pandemia de COVID-19.

1.2 JUSTIFICATIVA

O estudo das políticas públicas voltadas ao artesanato ainda se mostra escasso em produções, sendo assim, o presente estudo contribui para a maior disseminação e aprofundamento no campo, enriquecendo o debate para esta área da ciência política e estimulando uma agenda de pesquisa no tema, podendo ser replicado com artesãos de outras regiões do Brasil. A análise utilizada pelo estudo concentra-se, sob a perspectiva do ciclo de políticas públicas, na fase da implementação, fase esta que ainda é pouco explorada pelos acadêmicos, ainda menos quando esta fase é analisada sob a perspectiva dos beneficiários da política ou programa.

De acordo com dados recentes, cerca de 60% da população artesã brasileira utiliza do ofício como fonte de renda principal para seu sustento. Dessa forma, ao levar em consideração a importância do artesanato para a manutenção da cultura e para a subsistência de diversos indivíduos no Brasil, a pesquisa se faz necessária por trazer visibilidade à classe artesã, dando voz e possibilitando a análise do ponto de vista dos principais beneficiários, sobretudo, do estado de Pernambuco, tendo em vista a grande produção artesã na região.

Além disso, sob a perspectiva de estudos que apontaram os diversos impactos negativos da pandemia sobre os pequenos e microempreendedores, o recorte temporal da pesquisa no período da pandemia de COVID-19 possibilitou uma análise das ações do Estado voltadas para o artesanato neste período, contribuindo não só teoricamente, mas também de maneira prática, a partir da perspectiva dos entrevistados, com uma maneira de compreender melhor as dificuldades enfrentadas por artesãos e mestres para melhor estruturar futuras políticas públicas para essa classe, evitando possíveis falhas de implementação que são sentidos pelos beneficiários.

Dessa forma, o presente estudo contribui teórica e praticamente para o campo das políticas públicas voltadas para o artesanato, abrindo margem para continuidade da agenda de

pesquisa, podendo ser aplicada em outras cidades, estados ou regiões do Brasil em recortes temporais diferentes, sob perspectivas diferentes e analisando uma ou mais fases do ciclo de políticas públicas, indo além da implementação.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O processo de implementação de políticas públicas é considerado por muitos teóricos a etapa mais complexa do ciclo de políticas públicas, sendo entendido como o momento em que as ideias e decisões tomadas nas fases iniciais frente à uma problemática tornam-se ações efetivas ou não (Wu et al., 2014). Levando em consideração o ciclo de políticas públicas (Figura 1), a fase da implementação localiza-se na parte final, antes da avaliação e (possível) recomeço do ciclo a partir da noção de *policy learning* (May, 1992)

Figura 1 - Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Secchi (2010)

O campo de análise das políticas públicas perpassa seus estudos por todas as fases do ciclo de políticas públicas, sendo elas a identificação do problema, seguida da agenda (compreendida como a fase em que problemas salientes são priorizados); a formulação de alternativas (podendo abarcar o planejamento e a tomada de decisão, onde se escolhe a

melhor alternativa para seguir); a implementação (a execução); e a avaliação (pode ser interpretada como o “*feedback*” da política).

Entretanto, é evidenciada uma heterogeneidade na produção acadêmica a respeito das fases do ciclo, sendo portanto encontrados um volume maior de produções que analisam a agenda e a formulação, carecendo de produções que exploram as outras fases, como a da implementação, que mesmo que em constante crescimento nas últimas décadas, ainda se faz escasso (Lotta et al., 2018)

A complexidade evidente do processo de implementação teve seu reconhecimento a partir do influente trabalho de Jeffrey Pressman e Aaron Wildavsky (1973) que retrata a lacuna entre a intenção e a ação da política pública, sendo fundamental para o início das pesquisas a respeito do tema (Wu et al., 2014). Assim, o debate a respeito da implementação perpassa por diversas estratégias e abordagens clássicas e contemporâneas para o melhor entendimento e execução dessa etapa desafiadora do ciclo.

Os modelos de análise formulados até o estudo de Pressman e Wildavsky (1973) possuíam um caráter mais normativo, considerando o processo de implementação como sempre efetivo a partir do momento em que uma política pública fosse formulada, com estudos mais voltados para o campo da gestão e fortalecimento da capacidade estatal, entretanto, a partir do momento em que foi reconhecida a incerteza da implementação efetiva, modelos mais realistas surgiram, considerando complexidades inerentes a cada etapa (Moraes Sobrinho e Helal, 2017).

Dentre estes, é possível citar o modelo de dupla perspectiva de Sabatier (1986), responsável por trazer a ideia de políticas implementadas de cima para baixo (*top-down*) ou de baixo para cima (*bottom-up*), apresentando uma ideia hierárquica da fase de implementação, considerando atores que fazem parte do governo e atores implementadores, estes últimos ficariam na parte “baixa” da hierarquia da implementação, porém, mesmo

estando abaixo, são fundamentais para a implementação, são os chamados “burocratas de nível de rua”.

A primeira perspectiva considera que o processo de implementação de políticas públicas tem sua origem na linha de comando burocrático, sendo necessárias análises nesse setor para identificar possíveis problemas a serem solucionados na implementação, dessa forma, a política seria legitimada pelo grupo político que as comanda, dando uma ideia hierárquica para o processo, olhando para a implementação a partir dos seus atores mais próximos das fases “iniciais”, atingindo o público beneficiário da política ou programa ao final, já a segunda, pode ser considerada mais avançada analiticamente, fazendo parte dessa nova fase de modelos de implementação, considerada menos normativa e de caráter preditivo, analisando a implementação no “nível de rua”, ou seja, onde a política é aplicada, partindo de uma análise de onde a política é entregue, (sejam hospitais, olhando para os médicos, salas de aula, para os professores, ou em centros de comércio, para os vendedores, por exemplo) buscando entender “como a política de fato é” no seu “destino final”, e entendendo as etapas que levaram àquele destino, trazendo luz sob uma relação mais próxima com os beneficiários (Lotta, 2019).

Por muito tempo existiu um conflito entre as duas abordagens, os defensores da abordagem “de cima para baixo” (*top-down*) viam a abordagem oposta como falha por não propor necessariamente um melhor desenho para as políticas, enquanto os defensores da abordagem “de baixo para cima” (*bottom-up*) viam a necessidade de entender a realidade dos processos das políticas públicas em seu destino final para assim efetivar uma melhora (Lotta et al., 2018)

Com o passar do tempo, os estudos a respeito da implementação tomaram rumos que iam além da análise de dupla perspectiva e levavam em consideração a totalidade e

continuidade do processo, não enxergando a implementação como uma fase isolada da formulação (Lotta, 2019).

Pouco após os estudos de dupla perspectiva de Pressman e Wildavsky (1973), Barret e Fudge em *Policy and Action* (1981) apresentam a implementação como uma fase não apenas administrativa, mas que perpassa por processos de negociações e barganhas, processos estes que eram reconhecidos em maioridade durante a fase de formulação, e que passaram a ser reconhecidos nas outras fases do ciclo de políticas públicas, influenciando outros estudos que consideram tais processos (Lotta et al., 2018).

É possível enxergar o processo de implementação de políticas públicas de maneira mais analítica, considerando diversos fatores que podem influenciar o processo, ainda que muitos dos modelos propostos ainda sejam utilizados como base, como por exemplo o trabalho dos pesquisadores brasileiros Pedro Silva e Marcus Barreto de Melo (2000) que utiliza a perspectiva *bottom-up* de análise de implementação e leva em consideração fatores como o jogo de negociação e barganha entre atores, como também considerados por Barret e Fudge (1981), as limitações cognitivas dos agentes formuladores a respeito dos contextos institucionais e sociais em que a política será implementada, perpassando por problemas de homogeneização dos beneficiários, e a necessidade do reconhecimento a respeito das vicissitudes do processo de implementação, bem como da interatividade dos processos de um ciclo de políticas públicas, que, de acordo com os autores, não deve ser visto linearmente, trazendo noções de *policy-learning* como uma espécie de retroalimentação do ciclo para melhores resultados futuros (Moraes Sobrinho e Helal, 2017).

Basicamente, o ciclo de políticas públicas, pela perspectiva apresentada, não pode ser visto como uma receita linear e somente isso, com um resultado direto, mas sim como um ciclo que pode ter suas etapas revisitadas e melhoradas sempre que for possível, enriquecendo o processo e levando essa experiência para possíveis políticas futuras.

O processo de *policy-learning* é estudado, sobretudo, na fase de implementação, a partir da noção de que nem sempre o aprendizado irá ocorrer e trazer resultados significativos para a política pública. *Policy-learning* é entendido como um possível aprendizado que visa otimizar alguma etapa do ciclo de políticas públicas, esse aprendizado pode ser extraído de outras experiências com diferentes programas nacionais ou internacionais, evidentemente, se observadas semelhanças com os contextos, podendo ser divididos em aprendizados sociais, instrumentais ou políticos, abarcando diferentes esferas que podem ser analisadas, que nem sempre trarão melhoras nos resultados da política pública, mas que enriquecem a implementação de uma política pública e futuros processos de diferentes programas, portanto não podem ser descartadas (Brynard, 2009).

Atualmente, estudos a respeito da implementação trazem luz sobre assuntos como governança, interação entre atores estatais e não estatais (*entrepreneurs*) e suas capacidades do processo, interações institucionais e novos modelos de ação estatal. Os estudos contemporâneos sobre implementação também são caracterizados pela interdisciplinaridade, principalmente, com a Sociologia (Lotta, 2019).

Como foi evidenciado, os estudos acerca do processo de implementação ainda apresentam uma escassez considerável na comunidade acadêmica nacional, mesmo que em constante evolução, carecendo de estudos a respeito de temas já mais desenvolvidos na literatura internacional. A análise da fase da implementação de maneira mais específica, como objeto de estudo (não apenas em estudos que consideram o ciclo de políticas públicas como um todo), permite a abertura de novas agendas de pesquisa, enriquecendo o debate e fortalecendo o tema no meio acadêmico.

No estudo de Lotta et al. (2018), temas pouco explorados são propostos como agenda de pesquisa para estudos sobre a implementação, dentre eles, podem ser citados estudos que

consideram o modelo federalista brasileiro e seus desafios, interdependência e autonomia de entes federativos no contexto da implementação de políticas.

Além disso, estudar o processo de implementação e seus efeitos sob a luz de contextos de desigualdade e heterogeneidades, seja em arranjos institucionais, seja na atuação dos burocratas também é sugerido. Pensando em instituições, a autora também destaca a necessidade de estudos a respeito de instituições não estatais e suas influências na implementação, comparando implementações feitas por atores estatais e não estatais e incluindo implementações “mistas”, feitas por ambos os atores

E por fim, são propostos estudos a respeito da intersetorialidade, considerando as complexidades dos problemas públicos e a necessidade de se pensar em soluções intersetoriais para abarcar um maior número de perspectivas e possibilidades (Lotta et al., 2018).

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ARTESANATO

O artesanato brasileiro é permeado por questões que envolvem os profissionais desta área em contextos de maior vulnerabilidade, de acordo com o Sebrae (2013), o artesanato é associado a menores níveis de escolaridade, menores rendimentos econômicos e altos índices de informalidade, o que traz empecilhos para o desenvolvimento do ofício no Brasil (Moraes, Seraine e Barbosa, 2020).

A grande informalidade da atividade pode ser associada ao fato de que muitos profissionais desse setor deixam de se cadastrar nos projetos governamentais voltados ao artesanato por receio de perder certos tipos de benefício, como o Bolsa Família ou a aposentadoria (Borges, 2011) ou até por questões burocráticas que dificultam o cadastro mais simplificado de artesãos à formalidade.

Tais empecilhos também são associados ao contexto em que o artesanato é produzido e vendido. Devido ao caráter produtivista (associado à produção em massa, o que difere da prática artesã única) e voltado ao lucro do sistema capitalista, por muitas vezes o ofício é visto em sua dimensão econômica, sobressaindo sua representatividade cultural e tradicional de sociedades.

Além disso, pode-se entender que o artesão, sujeito a tal contexto, vê-se em meio a uma relação de interdependência entre a demanda do consumidor (Bourdieu, 2009) e a sua produção, muitas vezes sendo necessário seguir a lógica de reprodução em massa em prol da necessidade de subsistência, tirando por muitas das vezes o caráter criativo próprio do fazer artesão (Moraes e Santos, 2024).

“Abrir mão” desse caráter não necessariamente pode ser visto como algo condenável por parte do artesão, visto que, de acordo com o SEBRAE (2022), a maioria dos artesãos vive do ofício, sendo assim, é necessário considerar a atividade como sustento para a grande parte dos profissionais e compreender que seguir a lógica produtivista capitalista por muitas vezes é necessário, garantindo assim, seu sustento.

Entretanto, apesar das diferentes formas de interpretar o fazer artesanal nos dias atuais, pode-se entender que os valores simbólicos não foram necessariamente reprimidos, Canclini (1987) analisa o artesanato nos dias atuais a partir de ressignificações das suas dimensões. É necessário então compreender o artesanato como um trabalho de várias trajetórias, que possui a possibilidade de se ressignificar com o passar do tempo, angariando novas funções na modernidade, como a de atração turística a partir da sua característica cultural e artística, associando o saber manual e intelectual do artesão com a sua obra produzida (Lima, 2007)

O reconhecimento do profissional artesão é muito custoso, de acordo com Machado (2007), são raros os casos de artesãos que conquistam prestígio em vida ou no auge da sua

produção, ainda mais raros são os casos de artesãos que conquistam prestígio ainda desempenhando suas atividades. Sendo assim, se faz necessário diferenciar os tipos de artesãos existentes, classificados, basicamente, entre mestres e não mestres (artesãos comuns).

Os mestres artesãos possuem a capacidade e a habilidade necessária para perpetuar o artesanato a partir de ensinamentos para outros artesãos, pode ser visto como um guardião dos saberes necessários para se fazer o artesanato.

Evidentemente, o mestre artesão possui maior reconhecimento nacional e internacional pelo seu trabalho, com peças próprias que o identificam enquanto mestre, enquanto os artesãos comuns não possuem tanto prestígio quanto os mestres, não tendo a capacidade reconhecida de passar os ensinamentos do ofício artesão para aprendizes, entretanto, também produzem peças individuais, com detalhes únicos e técnicas específicas que contam uma história de uma atividade marcada pela coletividade.

O debate a respeito das políticas públicas voltadas ao artesanato é recente, entretanto, estudos a respeito do tema, ainda que poucos, são encontrados. Os principais temas tratados pelos pesquisadores da área dizem respeito ao desenvolvimento regional a partir das políticas públicas voltadas ao artesanato e o processo de formulação dessas políticas a partir do entendimento das dores do ator beneficiário como fator fundamental para sua efetividade, evocando a discussão a respeito da proximidade entre poder público e beneficiário (artesão) (Moraes Sobrinho et al., 2013); ao processo de implementação de políticas públicas a partir de programas de artesanato estaduais (Moraes Sobrinho e Helal, 2017) e ao processo de formulação de agenda local para valorização do artesanato, analisando a complexidade das demandas da classe artesã, bem como a necessidade de compreender o lado cultural, simbólico e tradicional do ofício artesão para formulação de agenda para solução de problemas dessa classe, sendo necessário um diálogo entre poder público e atores

beneficiários, retomando a discussão a respeito da proximidade entre ator implementador e beneficiário (Rocheffort e Cobb, 1994)

Além do mais, discussões a respeito da manutenção econômica do ofício artesão e novos modos de fazer artesanato, evidenciando a falta de regulamentação do ofício, o que dificulta o fomento de políticas públicas voltadas para tal setor, perpassando por discussões a respeito da falta de adaptabilidade dos modos de fazer artesanato no contexto capitalista, visto que produções artesanais, por essência, não são massificadas, segregando-as do mercado competitivo e tolhendo o caráter criativo do ofício (Sousa et al., 2020).

Também são abordadas questões a respeito comercialização do artesanato em centros de economia solidária e suas representações sociais, bem como a importância do fomento à economia criativa (Cezar e Fantinel, 2018) e à institucionalização de locais para feira regulamentar de artesanato, trazendo enfoque na necessidade do contato do artesão com o seu comprador para realização efetiva do negócio (Calíope et al., 2016), contato este prejudicado durante a pandemia de COVID-19 devido a necessidade de distanciamento. Discussões também são feitas a respeito do perfil do profissional artesão, bem como suas associações e níveis de amparo à classe, sobretudo na região Nordeste, (Helal et al., 2022) vista, dentro do desenvolvimento econômico brasileiro, como uma região negligenciada em detrimento das regiões Sul e Sudeste do país (Moraes Sobrinho et al., 2013).

Além disso, estudos a respeito das políticas públicas voltadas ao artesanato durante a pandemia de COVID-19 também foram realizados, majoritariamente, por observatórios tal qual o Itaú Cultural, que realizou o estudo “O Artesanato no Brasil entre dados e Covid”, traçando uma análise a respeito da economia criativa brasileira a partir dos dados do Painel do Itaú Cultural durante a pandemia, perpassando por programas de auxílio cultural em nível nacional tal qual a Lei Aldir Blanc, bem como pelo sentimento de desesperança captado a partir de pesquisas com microempreendedores da economia criativa (Gomes Lira, s.d.) e por

instituições como o Sebrae e a FGV que traçaram estudos a respeito do impacto da pandemia de COVID-19 sobre os pequenos negócios, trazendo dados relevantes sobre os impactos ao faturamento desses profissionais e ao sentimento pessimista, acarretando no fechamento de muitos negócios (SEBRAE; FGV, 2021)

3. METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma pesquisa descritiva a partir de dados primários e secundários. Os dados primários foram coletados a partir da realização de entrevistas semi estruturadas com artesãos participantes da 23ª FENEARTE realizada em Recife-PE, a escolha da FENEARTE para a base de coleta das entrevistas teve como justificativa o fato de que a Feira Nacional de Negócios do Artesanato (FENEARTE) concentra artesãos de todo o Estado e todo o país, sendo considerada a maior feira de artesanato da América Latina (Euler, 2023).

Sendo assim, 8 artesãos pernambucanos que participaram da feira foram selecionados por tipicidade (mestres e não mestres) e acessibilidade, e posteriormente entrevistados mediante consentimento. As entrevistas foram realizadas durante o mês de fevereiro de 2024, sendo a unidade de análise os próprios artesãos individuais ou grupos de artesãos (público alvo das políticas públicas que o trabalho foca).

Para extrair os pontos coletados destas entrevistas que mais foram pertinentes para cumprir o objetivo da pesquisa, foi utilizada uma análise de conteúdo. Buscou-se identificar questões de acessibilidade aos programas, a satisfação e percepção de valor a respeito das políticas implementadas e os desafios e barreiras enfrentados pelos beneficiários para usufruir dos programas e para realizar o processo de produção e comercialização do artesanato durante a pandemia de COVID-19.

Após a análise de conteúdo das entrevistas coletadas, foi feita uma matriz analítica com categorias definidas a posteriori (Bardin, 2019) com o objetivo de analisar semelhanças e diferenças entre as respostas dos mestres artesãos e dos artesãos comuns. Foram entrevistados 4 mestres artesãos e 4 artesãos comuns, identificados, por fins éticos, como “A1”, “A2”, “A3” e “A4” para os 4 artesãos comuns e “M1”, “M2”, “M3” e “M4” para os 4 mestres artesãos entrevistados.

As categorias definidas dizem respeito ao impacto da COVID-19 na atividade do artesão, com suas variáveis definidas à posteriori como impacto positivo, neutro ou negativo, e ao auxílio recebido ou não pelos artesãos advindo de políticas públicas do Estado de Pernambuco, sendo neste último caso a categoria dividida nas variáveis “recebeu ajuda do governo”, “não recebeu ajuda do governo” e “recebeu ajuda de outra instituição”.

Adicionalmente, para a coleta de dados secundários, foram realizadas pesquisas no Diário Oficial do Estado de Pernambuco. O objetivo foi identificar as políticas públicas direcionadas ao artesanato durante o período da pandemia de COVID-19, analisando especificamente as leis e decretos que implementaram tais políticas. Esta etapa incluiu uma análise detalhada do conteúdo dessas políticas para compreender melhor as ações empreendidas pelo Estado de Pernambuco em favor da classe artesã. Os *insights* obtidos foram utilizados para aprimorar a condução das entrevistas mencionadas anteriormente.

Para esta análise foram considerados os seguintes pontos: 1) Legalidade e Normatividade: buscando traçar uma avaliação das leis e regulamentações relacionadas aos programas, incluindo sua estrutura, conteúdo e conformidade com a legislação maior; 2) Eficácia do Programa nas Leis: buscando responder como os objetivos e metas dos programas são definidos nos documentos oficiais e se eles são claros e mensuráveis; 3) Transparência nas Documentações: identificando como as informações sobre os programas são articuladas nos documentos e se há clareza e transparência na descrição dos procedimentos e na alocação de recursos; 4) Coesão e Consistência: traçando assim uma relação de coerência entre diferentes leis e documentos, buscando entender como eles se alinham para apoiar a implementação dos programas.

Pelo caráter qualitativo, descritivo e exploratório do estudo, as variáveis foram definidas e analisadas a partir da categorização à posteriori. O objetivo do trabalho é analisar

o processo de implementação de políticas públicas no estado de Pernambuco durante a pandemia de COVID-19 a partir da perspectiva dos mestres e não mestres beneficiários

4. ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo comitê de ética da Universidade Federal de Pernambuco (CAAE: 74427823.2.0000.5208) e todas as entrevistas realizadas passaram pelo consentimento do entrevistado antes da sua realização, obedecendo a resolução 510/16. Por lidar com pessoas, o processo de coleta de dados primários levou em consideração possíveis inconveniências causadas pelas entrevistas, tendo cautela com a seleção das perguntas e com a abordagem aos entrevistados.

Os riscos da pesquisa se resumem ao fato de que determinadas perguntas poderiam incomodar o entrevistado, porque as informações que coletamos são sobre experiências pessoais. Assim o entrevistado pôde escolher não responder quaisquer perguntas que o façam sentir-se incomodado.

Além disso, existe a possibilidade, mesmo que baixa, dos áudios armazenados das entrevistas de alguma maneira perderem a confidencialidade e serem vazados. Para tanto, os pesquisadores assumiram a responsabilidade de, caso aconteça, notificar os entrevistados do ocorrido, bem como de deixar clara a extensão do conteúdo que foi vazado para realizar da maneira mais eficaz a recuperação dos áudios vazados e reforçar a segurança das informações em seguida.

Dentre os benefícios (diretos e indiretos) para os voluntários da pesquisa considera-se que a entrevista ajudou a compreender o processo de implementação de políticas públicas voltadas ao artesanato pelo governo do Estado de Pernambuco durante a pandemia de COVID-19, não existindo, necessariamente, benefício direto para o entrevistado. Entretanto, fazendo parte deste estudo os voluntários forneceram mais informações sobre o lugar e relevância desses escritos para a própria instituição em questão.

Os dados coletados a partir das entrevistas foram armazenados em pastas no computador pessoal do pesquisador, sob a responsabilidade do orientador, no endereço da

FUNDAJ Apipucos (Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos - Recife/PE), pelo período mínimo de 5 anos.

Para os dados secundários, as leis e decretos analisados foram devidamente referenciadas com as datas de publicação nos diários oficiais

5. ANÁLISE DOS DADOS SECUNDÁRIOS

Com o objetivo de melhor compreender as ações do estado de Pernambuco voltadas para os artesãos durante o período da pandemia de COVID-19, foi realizada uma análise descritiva a partir de um levantamento feito no site da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE) dos Diários Oficiais publicados no período mais intenso da pandemia, definido entre o dia 1 de março de 2020 até o dia 31 de dezembro de 2021.

Foi feita então a pesquisa pela palavra-chave “artesanato” e encontrados 99 resultados. Após uma análise dos 99 resultados, concluiu-se que apenas 18 se tratavam de políticas públicas voltadas para o artesanato, variando entre ações voltadas à FENEARTE, editais de salvaguarda e programas voltados para a profissionalização do artesão (como oficinas e cursos).

Das ações voltadas à FENEARTE, é possível destacar duas: a primeira, publicada no Diário Oficial do dia 14/04/2021, trata-se da contratação de uma empresa especializada para desenvolvimento, implantação, treinamento e manutenção técnica de um site voltado para vendas online e conteúdos diversos com sistema administrativo para gerenciamento para a FENEARTE, dando suporte para que os feirantes possam realizar suas vendas, mesmo que de maneira remota. A segunda ação encontrada, publicada no diário oficial do dia 16/09/2021, é voltada para a inclusão da artesã na FENEARTE, selecionando vinte grupos de artesãs para expor na feira.

Dos editais encontrados, quatro puderam ser definidos como ações do estado que auxiliam o profissional artesão. O primeiro, publicado no dia 07/12/2021, tem como título “Edital Prêmio de Salvaguarda Emergencial do Artesanato, das Artes Circenses, da Cultura Popular, da Gastronomia e dos Povos e Comunidades Tradicionais” e consiste no resultado deste edital, que ficou disponível entre os dias 27/09 e 11/10 de 2021 para inscrição. Seu objetivo foi a premiação das trajetórias de profissionais artesãos, circenses, da cultura popular

e da gastronomia como forma de reconhecimento das suas contribuições para a cultura do estado. Apenas para o artesanato, o edital previu 108 prêmios distribuídos, totalizando um valor de R\$1.188.000,00 (um milhão cento e oitenta e oito mil reais).

O segundo edital, publicado no dia 18/09/2020 consiste em um “concurso público do registro de patrimônio vivo do estado de Pernambuco (RPV-PE)”. Seu principal objetivo foi conceder bolsas de incentivo com base na análise dos candidatos e das suas respectivas trajetórias, relevância e qualidade dos trabalhos. O edital esteve aberto durante o período de 20/01 até 20/03 de 2020, abrangendo apenas o início da pandemia, podendo ser aderido por pessoas físicas ou jurídicas.

O terceiro edital analisado foi o “Edital do Prêmio Sustentabilidade Emergencial para Técnicos da Cultura e Artes - LAB PE 2021”, publicado no diário oficial do dia 25/09/2021. Seu objetivo foi “a premiação de trajetória dos/as técnicos/as da cultura e das artes do Estado de Pernambuco, pelo reconhecimento de suas práticas, transmissão de saberes, fazeres e conhecimentos técnicos nos diversos segmentos artístico-culturais”, sendo o artesão reconhecido como técnico da cultura. O valor destinado para as premiações foi de R\$1.524.000,00 (um milhão quinhentos e vinte e quatro mil reais) e as inscrições foram feitas através do site do “Mapa Cultural de Pernambuco”.

O último edital encontrado e analisado foi o “Edital Funcultura Geral 2020-2021”, do diário oficial do dia 02/02/2021, que teve como objetivo selecionar e incentivar projetos culturais independentes de diversas áreas, inclusive, do artesanato. O edital previu um montante de R\$15.680.000,00 (quinze milhões e seiscientos e oitenta mil reais), sendo destes, R\$755.550,00 (setecentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e cinquenta reais) voltados apenas para os incentivos ao artesanato. O seu período de inscrição foi do dia 19/04 até o dia 19/05 do ano de 2021 sendo as inscrições online e exclusivas aos profissionais inscritos

previamente no Cadastro de Produtor Cultural, ligado ao Sistema de Incentivo à Cultura de Pernambuco (SIC-PE).

Além dos editais, também foram analisadas outras 12 ações de apoio ao artesanato, englobando capacitações e oficinas disponibilizadas, voltadas para a profissionalização do beneficiário. Dessas 12, 6 estão vinculadas ao Programa Pernambuco Rural Sustentável (PRS). O PRS objetiva, de acordo com o site do Governo do Estado de Pernambuco, “promover iniciativas de negócios rurais e ampliação do acesso à água e a outras infraestruturas rurais complementares.” Contando com a parceria do Governo de Pernambuco com o Banco Mundial, o PRS aborda ações de diferentes campos (sociais, econômicas, culturais e ambientais) e fortalecem empreendimentos voltados para a competitividade da economia de base familiar, dentre eles, o artesanato.

As ações vinculadas ao PRS são todas voltadas para o fornecimento de matéria prima e maquinário para a GRAPA (Grupo Associados de Produção Artesanal de Pernambuco) e podem ser encontradas nos diários oficiais publicados no CEPE nos dias: 29/10/2021, 03/03/2020, 14/04/2020, 23/12/2021, 17/08/2021 e 18/06/2020.

Das outras 6 ações analisadas, 3 tinham como objetivo final a capacitação do profissional artesão. A primeira, encontrada no diário oficial do dia 09/03/2021, se refere à “aquisição de máquinas e equipamentos que visa dar suporte às atividades de capacitação de jovens da cidade de Sirinhaém, nas oficinas de artesanato”, sendo disponibilizados R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) em recursos para tal ação.

A segunda ação se volta para a capacitação empreendedora do artesão. Encontrada no diário oficial do dia 19/11/2020, a ação visa a “contratação de pessoa jurídica para capacitar 60 profissionais artesãos, através de ações de formação profissional e empreendedora, voltada ao artesanato, para produção de rendas”.

A terceira, publicada no diário oficial do dia 08/12/2021, foi o projeto “Couro em Arte: A Tradição Como Inspiração” e seu objetivo foi a capacitação do profissional artesão voltado para a arte em couro e com inspirações na cultura dos vaqueiros sertanejos por meio de oficinas.

Tendo em mente as dificuldades enfrentadas pelos artesãos relacionadas às vendas dos seus produtos, principalmente durante a pandemia de COVID-19, o Governo de Pernambuco, por meio do programa “Artesanato Solidário”, encontrado no diário oficial do dia 13/05/2020, teve como objetivo a compra direta das peças de artesãos expostas nos centros de artesanato de Recife, Bezerros e Olinda. As compras foram feitas levando em consideração as vendas dos produtores nos últimos 18 meses, prestando auxílio na renda dos artesãos de maneira proporcional aos seus lucros, prejudicados pelo distanciamento social necessário da pandemia.

Ainda relacionada à dificuldade de vendas dos produtos dos artesãos, o programa “Compre PE” buscou aproximar principalmente os pequenos empreendedores dos compradores por meio do anúncio gratuito dos seus produtos na plataforma online do “Compre PE”, contando também com uma espécie de “delivery público”. A iniciativa foi coordenada pela Secretaria do Trabalho, Emprego e Qualificação (SETEQ) que teve em mente a desigualdade de condições enfrentadas pelas pequenas e médias empresas em períodos de crise como o da pandemia em relação às grandes empresas, o que afeta a competitividade e, evidentemente, a renda desses empreendedores menores.

Como última ação de apoio analisada, o edital publicado no dia 15/12/2020 destina-se ao apoio à artesã a partir do Programa de Fomento ao Artesanato, formulado pela “GERAI” (Gerência de Articulação e Interiorização das Ações de Gênero), área da Secretaria da Mulher de Pernambuco “responsável pela implementação da Política de Valorização do Trabalho e do

Empreendedorismo das Mulheres e pelo Programa de Reforço Estratégico para as Mulheres Rurais”, de acordo com o site da Secretaria da Mulher.

O programa tem como objetivo fomentar a autonomia econômica das mulheres artesãs, utilizando-se de parcerias estratégicas para tal fim. A exposição e comercialização do produto artesão feito por mulheres, bem como a qualificação das artesãs são meios que o programa propõe para atingir seus objetivos. O edital analisado postula um apoio de R\$24.558,23 (vinte e quatro mil quinhentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos) para a ação.

A análise detalhada das políticas públicas de Pernambuco voltadas aos artesãos durante a pandemia de COVID-19 revelou um conjunto diversificado de iniciativas, desde o suporte à tradicional FENEARTE até a criação de editais específicos que promovem a salvaguarda e profissionalização da arte local.

As ações identificadas, que incluem a contratação de serviços para vendas online, a seleção de grupos de artesãs para exposição, e a distribuição de premiações e incentivos financeiros, demonstram uma abordagem multifacetada do estado para sustentar o setor do artesanato em um período de crise. Particularmente notáveis foram os esforços para integrar as artesãs em feiras de renome, incentivar a sustentabilidade emergencial e apoiar financeiramente os profissionais através de programas como o “Artesanato Solidário” e o “Compre PE”, que visam facilitar as vendas e mitigar os impactos econômicos da pandemia.

6. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Diante das informações obtidas a partir das entrevistas coletadas, a análise de conteúdo realizada teve como objetivo observar dois principais pontos extraídos da visão dos artesãos divididos em categorias: em primeiro lugar, buscou-se identificar o impacto na produção e comércio do artesanato causado pela pandemia de COVID-19, podendo esse impacto ser visto como positivo, neutro ou negativo pelos entrevistados, além de analisar como esse impacto foi administrado pelos artesãos, e em segundo lugar, se os artesãos entrevistados foram ou não beneficiados com algum tipo de auxílio por parte de políticas públicas implementadas pelo governo do estado de Pernambuco, e, caso tiverem sido beneficiados, se esse auxílio foi de alguma forma pertinente para a manutenção do ofício artesão.

Em primeira análise, ao serem separadas as entrevistas de mestres artesãos e não mestres em uma matriz analítica, a percepção do impacto da pandemia na manutenção da produção e comercialização artesã mostrou-se destoante, mestres e não mestres perceberam a pandemia de formas quase que opostas, como pode ser percebido nas matrizes abaixo, onde o impacto negativo está destacado em vermelho, e o impacto positivo ou neutro, em verde, ambos na coluna da esquerda de título “impacto da pandemia na atividade”:

Figura 2 - Matriz analítica dos artesãos

	IMPACTO DA PANDEMIA NA ATIVIDADE	APOIO DO ESTADO
A1	Sim, muito prejudicado, perdeu ponto de venda, teve que devolver o atelier e se desdobrou na própria casa para continuar a trabalhar, visto que a única fonte de renda é o artesanato. "Vender a quem se ninguém compra?"	Recebeu uma pequena ajuda do Estado (compra de peças)
A2	Sim, vendas foram prejudicadas, conseguiu produzir mas não conseguiu vender. Teve dificuldade na compra de materiais	Não recebeu ajuda nenhuma, acha que se tivesse tido ajuda, conseguiria ter comprado os materiais com mais facilidade
A3	Sim, impactou tanto financeiramente quanto psicologicamente. O artesanato serviu como apoio psicológico, mas o impacto financeiro da pandemia foi significativo.	Não recebeu ajuda do Estado. Recebeu ajuda apenas do Governo Municipal de Serra Talhada
A4	Sim, muitas encomendas foram canceladas, encomendas já prontas. Encomendas eram para eventos que deixaram de acontecer por conta da pandemia	Não receberam ajuda diretamente do Estado. Mas receberam ajuda do Artesol, a partir de oficinas e de orientações a respeito de vendas online utilizando o Instagram

Fonte: elaboração própria, 2024.

Figura 3 - Matriz analítica dos mestres artesãos

	IMPACTO DA PANDEMIA NA ATIVIDADE	APOIO DO ESTADO
M1	Pandemia não atrapalhou em momento nenhum. Não passou necessidade. Continuou vendendo normalmente pois ainda tinha clientes	Recebeu ajuda do Estado. Dinheiro
M2	Pandemia não prejudicou, foi uma época difícil para muitos, mas não para ele. Vendas continuaram normalmente, foi "linda coisa"	Não teve ajuda nenhuma nem do Estado, nem do Município, não ganhou "nem remédio"
M3	Pandemia não prejudicou as vendas, conseguiu vender, porém, prejudicou a associação	Recebeu ajuda do Estado, porém apenas com apoio para feiras, com estrutura, passagem, hospedagem...
M4	Pandemia não prejudicou as vendas, muito pelo contrário, foi o período em que mais vendeu. Durante a pandemia fez a melhor feira de todas em vendas e produção.	Recebeu ajuda do Estado, usufruiu, porém reconhece que não precisava do benefício, visto que as vendas do período da pandemia foram muito boas

Fonte: elaboração própria, 2024.

A partir da análise comparativa entre as respostas dos dois grupos de artesãos (mestres e não mestres), foi possível evidenciar um impacto negativo significativamente menor da pandemia sobre os mestres, como exemplo, M1 ao ser questionado a respeito de tal impacto relatou que a pandemia não teve significância nas suas vendas e na sua produção, o impacto surgiu apenas em um curto período de tempo inicial, sendo rapidamente superado, como ilustra a fala:

Não, o trabalho não atrapalhou muito não. Assim, graças a Deus assim, no começo teve uns cliente que achou que ia fechar as loja lá em São Paulo, né? Aí eles até cancelaram os pedido, mas em conta de quinze dia eles já... [voltaram a pedir] (M1)

O impacto então foi percebido apenas pelo fato dos clientes terem acreditado que seu negócio iria parar, impactando negativamente, porém em pequenas proporções, visto que a produção e vendas dos produtos logo foram retomadas.

O impacto, por parte dos mestres, também foi relatado como nulo, visto que, de acordo com M2, as vendas continuaram acontecendo da mesma forma, independentemente do contexto pandêmico, não sendo percebido nenhum impacto positivo ou negativo no seu ofício: M2 – “... a minha venda foi linda coisa, ficou boa do mesmo jeito”.

M2 relatou ainda que a fidelidade dos seus clientes foi um fator que contou para suas vendas permanecerem acontecendo no período da pandemia, visto que na FENEARTE ocorrida durante a pandemia, seus clientes mantiveram o interesse nas peças, sendo considerada por M2 “igual a qualquer feira”.

Além disso, também foi possível identificar nas entrevistas realizadas um impacto positivo da pandemia sobre as vendas e produção dos mestres, como relatado pelo M4, que afirma que durante a pandemia, por mais triste que tenha sido o período, houve um aumento significativo nas suas vendas.

De acordo com o mestre entrevistado, a pandemia foi o período em que mais lucrou e produziu, relatando um aumento na procura das peças causado, de acordo com a perspectiva do mestre, pelo sentimento solitário que surgiu com o isolamento, sendo o artesanato uma forma de apreciação e mudança de ambientes, o que colaboraria para sanar tal sentimento: M4 – “rapaz, é triste você falar, mas na pandemia a gente vendeu muito mais do que os anos anteriores”.

M4 também relatou que outros mestres conhecidos passaram pelo mesmo impacto positivo, evidenciando uma forte discrepância com a experiência majoritariamente negativa dos não mestres (artesãos comuns), que será explorada a seguir.

Sob outra perspectiva, a situação dos artesãos comuns durante a pandemia de COVID-19 mostrou-se contrária à dos mestres. Nas quatro entrevistas realizadas com artesãos comuns, foi possível identificar impactos negativos em diferentes aspectos da produção e venda dos produtos em todas elas.

O impacto negativo foi identificado, por exemplo, na fala do A1, ao afirmar que as dificuldades causadas pela pandemia implicaram principalmente na sua etapa produtiva, visto que com a diminuição do seu lucro resultante da baixa demanda causada pela pandemia, precisou devolver o seu ateliê, que era alugado, sendo obrigado a se desdobrar em sua própria casa para continuar com a produção, ficando sem produzir nem vender nada por 3 meses. Ao ser questionado a respeito das dificuldades causadas pela pandemia, A1 assim respondeu:

Tivemos sim. Muitas dificuldades, porque... principalmente quando parou tudo, que fechou tudo, né? Lá no Alto do Moura, Caruaru, onde eu trabalho, eu tinha um pontozinho que era alugado, e durante o período da pandemia eu tive que devolver porque eu não tinha condições de pagar aluguel. Resultado, tive que ir pra minha casa, passei uns 3 meses sem fazer nada.
(A1)

Impactos negativos nas vendas também foram sentidos pelo A2, que relatou o decréscimo na demanda pelos seus produtos no período da COVID-19, entretanto, o artesão

afirmou que conseguiu criar novas peças no período, reconhecendo um impacto positivo nesse sentido, visto que ficou mais tempo em casa, permitindo que sua criatividade fluísse, resultando em novas peças, que foram vendidas apenas após o período da pandemia: A2 – “Diminuiu um pouco de vendas, mas em questão de produção e criatividade foi melhor.”

Indo além dos impactos financeiros, aspectos emocionais também foram ressaltados como prejudicados pela pandemia nas entrevistas. A artesã A3 ao ser questionada a respeito do tema, ressaltou que além dos impactos financeiros notórios no período, também sentiu seu emocional prejudicado, o que impactou também no seu ofício:

[Impactou] tanto no pessoal como na parte financeira, né? Porque com a pandemia a gente se limitou nas feiras, aí veio a doença psicológica mental, por tudo que a gente tava passando, e o artesanato é símbolo de ferramenta para o melhoramento da nossa situação que nós estávamos passando no momento. (A3)

Muitos artesãos trabalham produzindo sua arte sob encomenda para eventos, e dependem da procura do público e do acontecimento desses eventos para a manutenção do seu ofício e subsistência. A4, ao ser questionada a respeito das encomendas feitas durante a pandemia, relatou um cancelamento em massa, visto que, por conta da política de distanciamento social, os eventos tiveram que ser cancelados, o que lhe prejudicou significativamente, visto que já havia feito boa parte dos itens encomendados: A4 – “Assim, porque como fazemos vestido de noiva, fazemos vestido de daminha, enxoval pra bebês, enxoval, roupinhas pra batizado, como parou tudo, aí haja cancelamento de encomenda.”

Além disso, A4 relatou a necessidade de desdobramentos em sua linha de produção, deixando de produzir seus itens de costume e passando a produzir máscaras de proteção com o intuito de tentar manter seus lucros:

Eu tive que, como é que se diz, improvisar. Acompanhar o tempo de acordo com as dificuldades. (...) Aí disseram assim: ‘mas como é que você vai ganhar dinheiro com máscara?’. Eu disse: ‘meu filho, é o que eu tenho pra agora’. Eu não vou vender toalha se agora o povo quer máscara. (A4)

Sendo assim, no que diz respeito ao impacto da pandemia, os artesãos comuns relataram muito mais impactos negativos, enquanto os mestres artesãos relataram impactos neutros ou positivos sobre suas vendas e produção.

Tal diferença entre os dois grupos não foi observada apenas no primeiro aspecto analisado, quando questionados a respeito do auxílio por parte do Estado de Pernambuco, mestres e artesãos comuns também apresentaram diferenças em suas respostas e abordagens, tal discrepância pode ser observada na coluna “apoio do estado” à direita da matriz, onde os destaques em vermelho dizem respeito à falta de apoio percebida pelos entrevistados, os destaques em verde representam que houve apoio percebido pelo entrevistado e o destaque em azul diz respeito ao apoio recebido mas por outra instituição (Figuras 2 e 3).

As diferenças em relação ao recebimento de auxílios por parte do governo de Pernambuco puderam ser notadas a partir do fato de que apenas 1 dos 4 artesãos comuns entrevistados relatou ter recebido algum tipo de auxílio, que no caso, foi o A1, que teve algumas de suas peças compradas pelo Estado e por fundações para exposição e venda no Centro de Artesanato de Pernambuco, localizado em Recife (Figura 2). De acordo com A1:

Teve um auxílio também de ajuda, assim, através do Governo do Estado. Por um pouco tempo, mas também teve uma ajuda também, né? Como a gente expõe no centro de artesanato daqui de Pernambuco, então eles teve a ideia de uma ajuda e também um convênio com fundações, com outras pessoas que compraram os trabalho nosso. (A1)

Contudo, os outros artesãos comuns entrevistados relataram a ausência de qualquer tipo de ajuda por parte do Estado, sendo citados apenas governos municipais, como no caso de A3, que citou a ajuda da Prefeitura de Serra Talhada, que promoveu algumas feiras após o período de *lockdown*, auxiliando a retomada do seu negócio artesão.

Além de prefeituras, foram citados auxílios prestados por ONGs, como relatado por A4, que ressaltou a importância da ajuda da ONG Artesanato Solidário (ARTESOL), que, dentre outras atribuições, foi responsável por capacitar artesãos nos mais diversos ramos necessários para a manutenção do ofício. No caso da artesã A4, a ONG foi fundamental para

que a divulgação e vendas dos seus produtos se mantivessem a partir de ferramentas digitais, ensinadas pelo ARTESOL. A ONG foi responsável por ensinar, por meio de oficinas, as melhores maneiras de fotografar, postar e efetuar as vendas dos seus produtos por meios virtuais.

Plataformas digitais foram a saída para alguns artesãos para a tentativa de se desdobrar frente às dificuldades causadas pela pandemia:

Aí foi quando entrou a Artesol pra dar um suporte, oficinas on-line pra gente ter noção, ensinado como a gente tirar uma boa fotografia com o celular, até porque como não tinha nada, nada, nada, só podia ser só vendas através de Correios (A4).

Ainda falando sobre desdobramentos, A4 ressaltou que teve que se reinventar em alguns momentos, visto que seu trabalho não era demandado, passando a produzir máscaras para tentar manter seu lucro no período, saindo da sua linha de produção usual (mais voltada para vestidos, roupas de cama e toalhas de mesa) por necessidade:

E eu aproveito pra dizer a você que nessa pandemia eu tentei me virar nos trinta. Aí disseram assim: ‘mas como é que você vai ganhar dinheiro com máscara?’. Eu disse: ‘meu filho, é o que eu tenho pra agora’. Eu não vou vender toalha se agora o povo quer máscara. (A4)

No caso dos mestres artesãos, 3 dos 4 mestres entrevistados relataram ter recebido algum tipo de ajuda durante a pandemia (Figura 3), com destaque para M4 que relatou ter recebido o apoio, ter usufruído, mas que reconhece que não precisava desse apoio, visto que suas vendas e produção estavam muito boas. O único que relatou não ter recebido apoio foi o M3, que disse não ter recebido nem o remédio: M3 – “nada, nada, nada... nem o remédio.”

Dessa forma, a partir das diferenças observadas nas respostas entre os grupos de mestres e não mestres entrevistados, a discussão acerca da percepção homogênea dos beneficiários e do processo de implementação das políticas públicas para o artesanato vem à tona. As entrevistas demonstraram que beneficiários de uma mesma política encontram-se em situações diversas, de maneira que os mestres artesãos apresentaram uma vulnerabilidade menor aos efeitos do período da pandemia sobre seus negócios, enquanto artesãos comuns

demonstraram um sentimento mais negativo em suas respostas em relação à pandemia, bem como consequências negativas em suas vendas e produções.

Pode-se entender que, ao levar em consideração o ciclo de políticas públicas, tal problemática encontra-se na fase da implementação, visto que, de semelhante maneira, a ajuda do Estado foi percebida em maioria também pelos mestres e em minoria pelos artesãos comuns. Assim, a problemática identificada centraliza-se na maneira homogeneizada a qual os beneficiários das políticas públicas voltadas para o artesanato em Pernambuco são vistos.

A identificação de possíveis entraves no processo do ciclo de políticas e a aproximação do agente implementador dos dois tipos de artesãos entrevistados possibilita uma melhor compreensão das possíveis motivações dessas diferenças. Sendo assim, consequentemente, pensar nos beneficiários de maneira homogênea pode ser visto como uma possível consequência da distância entre Estado e beneficiário em importantes etapas do ciclo de políticas públicas, perpassando pela percepção da problemática, formulação e, principalmente, pela implementação, podendo ser considerada uma fase de extrema complexidade e importância de uma política pública, visto que é nela que ações são realizadas, que políticas saem do papel para serem concretizadas e recebidas pelos beneficiários.

7. DISCUSSÃO

Como destacado, as entrevistas realizadas demonstram, após análise, respostas distintas entre mestres e não mestres quando consideradas as duas categorias definidas à posteriori que abarcam o impacto da pandemia sobre a atividade do artesão e o auxílio por parte do governo de Pernambuco em meio ao contexto pandêmico. Tal discrepância, observada na matriz analítica (Figuras 2 e 3), ilustra o fato de que beneficiários de uma mesma política estão em contextos consideravelmente diferentes uns dos outros, abrindo possibilidade para tratar do problema de homogeneização dos beneficiários a partir de algumas questões.

Pensar no processo que leva uma política pública nascer até chegar a ser devidamente implementada envolve, antes de tudo, o conhecimento do problema por parte dos agentes governamentais. A partir dele, alternativas são formuladas com o objetivo de sanar ou amenizar tal problemática utilizando de recursos disponíveis, sendo escolhida a melhor alternativa formulada para então seguir para a próxima etapa.

Quando essa escolha é feita, é chegada a hora de tirar a ideia do papel e tornar o que antes era uma ideia, uma ação, por meio do processo visto por muitos teóricos da área como mais complexo do ciclo: a implementação (Wu et al., 2014).

Entretanto, assim como em qualquer outra etapa do ciclo, a implementação pode apresentar problemas, que, evidentemente, afetam o destino final de qualquer política pública: o beneficiário. Esses problemas podem ser originados em qualquer fase anterior à implementação, podendo ser identificados também na própria implementação, o que influencia diretamente no sucesso ou insucesso da política pública (Silva e Melo, 2000).

No caso estudado puderam ser observados e ouvidos beneficiários de mesmas políticas públicas (artesãos) que se inserem em contextos diferentes das suas profissões, mas são tratados pelo Estado como iguais quando políticas públicas são implementadas. As

diferenças de resposta dos dois grupos entrevistados foi notória, os impactos da pandemia sobre a atividade tanto na produção quanto na venda foram praticamente opostas.

Enquanto artesãos responderam que a pandemia “impactou tanto no pessoal quanto na parte financeira” (A3) e que “tivemos sim, muitas dificuldades... vender a quem se ninguém compra?” (A1), os mestres ressaltaram que a pandemia “foi o período que eu mais vendi” (M4) e que “minha venda foi linda coisa, ficou boa do mesmo jeito” (M3).

É válido considerar, a partir da teoria, a perspectiva da possibilidade de uma distância dos agentes governamentais em relação ao público beneficiário, dificultando a formulação e implementação de soluções que serão percebidas por tal público de maneira mais negativa, enquanto que em um contexto de maior proximidade dos agentes implementadores com os beneficiários, soluções mais viáveis poderiam ser implementadas, sendo consequentemente recebidas positivamente em seu destino final (Rochefort e Cobb, 1994).

A partir dessa perspectiva, com uma proximidade maior dos agentes implementadores dos contextos negativos sofridos pelos artesãos e dos positivos/neutros sofridos pelos mestres, soluções para tais situações seriam mais aceitas, justamente pela ciência dos implementadores a respeito das diferentes realidades dos beneficiários.

O estudo conduzido por Moraes Sobrinho e Helal (2017), que analisou o PAP (Programa de Artesanato da Paraíba) e o seu processo de implementação, destacou, em uma das análises realizadas, a baixa participação de artesãos no processo de implementação do PAP.

Tal análise destacou a distância entre agentes implementadores e artesãos, dificultando o melhor entendimento dos contextos, dificuldades e necessidades dos beneficiários.

Sendo assim, o presente estudo colabora com a discussão abordada por Moraes Sobrinho e Helal (2017), reafirmando (porém, no contexto pernambucano) a distância entre

artesãos e o processo de implementação de políticas públicas voltadas a eles, considerando heterogeneidades na percepção de mestres e não mestres acerca deste processo no período da pandemia de COVID-19.

De forma semelhante, o presente trabalho também reforça a discussão abordada por Barbosa (2023) em seu trabalho “A Implementação do Programa do Artesanato Brasileiro em Pernambuco na Percepção dos Implementadores e Beneficiários”, em que, em uma das suas conclusões, enfatizou o SEBRAE como importante parceria para com os artesãos pernambucanos, auxiliando em oficinas, cursos, formações profissionais, instruções voltadas para o empreendedorismo, entre outros auxílios reconhecidos pelos artesãos. Assim, ressaltando a necessidade de uma entidade paraestatal como o SEBRAE, tendo em vista a pouca percepção de ações do estado de Pernambuco voltadas aos artesãos pelos próprios artesãos.

Além disso, é válido considerar que quando postos em evidência os diversos contextos em que os beneficiários se encontram, suas demandas também tornam-se diversas, e compreender tal fenômeno traz a possibilidade de formular e implementar políticas mais complexas e assertivas de acordo com essas demandas, compreender esse fato é estar ciente da multiplicidade da demanda, que requer um entendimento mais subjetivo da realidade que os futuros beneficiários enfrentam para trazer uma maior viabilidade da política pública (Sousa et al. 2022).

As diferenças observadas nas respostas dos beneficiários entrevistados abre possibilidade para uma desconsideração das múltiplas demandas dos beneficiários por parte dos agentes governamentais.

Dentre as possíveis interpretações, a perspectiva que leva em consideração o processo de implementação de uma política pública como um processo complexo, envolvendo dificuldades de coordenação entre as esferas governamentais e atores envolvidos traz uma

visão a respeito do que Silva e Melo (2000) chamam de vicissitudes. Estas, de acordo com os autores, são responsáveis pelo insucesso de muitas políticas implementadas e decorrem de problemas que passam despercebidos ainda na fase da formulação (ou na própria implementação), afetando diretamente a implementação (Sobrinho e Helal, 2017).

No caso estudado, possíveis vicissitudes no processo de formulação envolvendo a consideração homogênea de atores beneficiários (considerando mestres e não mestres como beneficiários únicos, sem discernimento) poderiam ter causado as diferenças observadas pelos resultados analisados. A diferença de percepção do impacto da pandemia entre mestres e não mestres, bem como o alcance heterogêneo percebido pelos entrevistados podem ser provenientes do fenômeno supracitado.

Estudos a respeito do processo de implementação que consideram heterogeneidades dos contextos dos beneficiários ainda podem ser considerados escassos, a agenda de pesquisa proposta pelo trabalho intitulado “Por uma agenda brasileira de estudos sobre implementação de políticas públicas” (Lotta et al., 2018) considera a necessidade de futuros estudos acerca do tema, tendo em vista o contexto nacional de alta desigualdade (seja em termos de arranjos institucionais, seja em atuação de burocratas). Sendo assim, considerar o papel da implementação na redução ou reprodução deste contexto desigual se faz fundamental para a análise dos dados do presente estudo.

Dada a discrepância das respostas já explorada, considerar que as políticas públicas voltadas ao artesanato no estado de Pernambuco podem estar – por considerar homogêneos os beneficiários destas – reproduzindo o caráter desigual da classe artesã quando considerados mestres e não mestres, visto que os impactos de situações (como a da pandemia de COVID-19, analisada no estudo) são percebidos de maneiras diferentes, assim como as ações do estado de Pernambuco são percebidas também de semelhante maneira pelos artesãos e mestres

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou, em seu objetivo geral, compreender o processo de implementação de políticas públicas voltadas ao artesanato pelo governo do estado de Pernambuco durante a pandemia de COVID-19, a partir da percepção dos mestres e não mestres artesãos beneficiários.

Inicialmente, para cumprir o primeiro objetivo específico, foi realizada uma análise descritiva de medidas, projetos e intervenções implementadas pelo governo do estado de Pernambuco para apoiar os artesãos diante dos desafios enfrentados durante a pandemia de COVID-19. A análise foi feita a partir de dados coletados de diários oficiais publicados no site da CEPE durante o período crítico da pandemia e serviu como base para realização das entrevistas semiestruturadas. Dos 18 programas analisados, apenas 2 tinham em sua justificativa problemas causados pela pandemia de COVID-19.

Após serem extraídas, qualitativamente, por meio de entrevistas semiestruturadas, as percepções de 4 mestres artesãos e 4 artesãos comuns que participaram da FENEARTE do ano de 2023, foi realizada uma comparação dos dados obtidos a partir da estruturação de uma matriz analítica, cumprindo o segundo objetivo específico do trabalho.

Foram definidas duas categorias a serem analisadas, de maneira comparativa, nas matrizes construídas. A primeira categoria diz respeito ao impacto da pandemia sobre a atividade do entrevistado, podendo esse impacto ser negativo, neutro ou positivo. A segunda categoria joga luz sobre as ações do estado de Pernambuco no período da pandemia, podendo o artesão entrevistado ter recebido alguma ajuda do Governo, de alguma organização ou não ter recebido nenhuma ajuda.

Como resultado da análise da matriz construída a partir dos dados coletados, foi cumprido o terceiro objetivo específico. A partir da análise realizada, foi percebida, inicialmente, uma discrepância entre as respostas dos dois grupos (mestres artesãos e artesãos

comuns) nas duas categorias. Enquanto os mestres artesãos responderam em maioria que a pandemia não teve impacto ou impactou positivamente o seu trabalho (considerando demanda e produção das peças), artesãos comuns relataram impactos significativamente negativos causados pela pandemia em suas atividades em todas as entrevistas.

Quando foi abordado o apoio do estado de Pernambuco, enquanto os mestres artesãos relataram que receberam algum tipo de apoio em 3 das 4 entrevistas – com um deles relatando que recebeu apoio, mas não precisava, visto que a pandemia foi a época que mais vendeu peças – artesãos comuns relataram a falta de apoio, com apenas um entrevistado relatando que teve algumas das suas peças compradas pelo governo do estado e outra relatando o auxílio da Rede Artesol, fornecendo oficinas e capacitações de vendas no período da pandemia.

Tal discrepância entre as respostas de mestres e não mestres artesãos abriu possibilidades para o debate acerca da homogeneização do beneficiário no processo de implementação de políticas públicas voltadas ao artesanato em Pernambuco. Este debate sugere que beneficiários de uma mesma política são tratados como iguais, ou seja, sem serem considerados os diversos contextos e interesses dos diferentes grupos de beneficiários de uma mesma política pública.

Esta pesquisa revelou que mestres e não mestres possuem necessidades diferentes em determinados contextos, ao serem analisados, por exemplo, os impactos opostos da pandemia de COVID-19 sobre os dois grupos. Sendo assim, pensar em políticas públicas para artesãos pernambucanos deve também abranger os contextos dos diferentes tipos de artesãos para que ações mais assertivas sejam realizadas por parte do Estado.

É necessário, porém, considerar que o presente trabalho possui algumas limitações a serem discutidas. Por ser uma monografia, o tempo que foi disposto para realizar a pesquisa não foi tão longo, não possibilitando um aprofundamento maior nas entrevistas realizadas

nem um aumento na quantidade de entrevistados, o que poderia enriquecer a amostra, e, por conseguinte, a análise.

Dessa forma, com as presentes conclusões, a discussão acerca da necessidade de uma aproximação maior do governo do estado e do artesão se faz necessária para que contextos, necessidades e dificuldades sejam compreendidas e consideradas no processo de formulação e, principalmente, de implementação de políticas públicas para tais beneficiários. A distância entre poder público e beneficiário é um fator que pode fazer com que problemas de grupos diferentes de beneficiários não sejam considerados, bem como diferentes beneficiários de uma mesma política sejam considerados como únicos, caracterizando a homogeneização dos beneficiários.

Sendo assim, os dados apresentados na presente pesquisa servem de pauta para discussões acerca de possíveis processos de *policy learning* para etapas de formulação e implementação, a partir da noção de que beneficiários de uma mesma política podem apresentar contextos e necessidades diferentes uns dos outros, sendo necessário uma maior proximidade do beneficiário por parte do poder público.

Por fim, agendas de pesquisa futuras na área podem considerar a realização de estudos acerca da perspectiva dos artesãos acerca da COVID-19 em outros estados. Além disso, aprofundar o estudo em Pernambuco com uma amostra maior de entrevistados, incorporando também a perspectiva dos agentes implementadores acerca do período da pandemia e da atividade artesã é recomendado a fim de abranger a discussão.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Tiago Gomes. **A implementação do Programa do Artesanato Brasileiro em Pernambuco na percepção dos implementadores e beneficiários.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977. 225p.

BARRETT, S.M. & FUDGE, C. (eds). **Policy and Action:** Essays on the Implementation of Public Policy. Londres: Methuen, 1981.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Ed. Perspectiva. 2009

BORGES, A. **Design + Artesanato:** o caminho brasileiro. São Paulo, SP: Editora Terceiro Nome. 2011

BRYNARD, P.A. Policy implementation: is policy learning a myth or an imperative?. **Administratio Publica**, Pretoria, v. 17, n. 4, p. 13-27, nov. 2009. Disponível em: https://repository.up.ac.za/bitstream/handle/2263/13581/Brynard_Policy%282009%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 mar. 2024.

CALÍOPE, T. S.; CONCEIÇÃO, I. E. P.; SANTOS, S. M. D.; PESSOA, M. N. M. A Institucionalização da Feira de Artesanato da Beira Mar em Fortaleza, Ceará . **Gestão & Regionalidade**, v. 32, n. 94, p. 52-67, 2016.

CANCLINI, N. G. (Org.). **Políticas Culturales en América Latina.** Buenos Aires: Grijalbo, 1987.

CARVALHO, M. L.; BARBOSA, T. R. G. C. Modelos orientadores da implementação de política pública: uma lacuna da literatura. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD), 35., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

CEZAR, L. C.; FANTINEL, L. D. Entre um Bom Papo e um Café se Vende o Artesanato: Representações Sociais em um Centro de Comercialização da Economia Solidária. **Brazilian Business Review**, v. 15, n. 5, p. 475-493, 2018.

EULER, Madson. **Começa a Fenearte, a maior feira de artesanato da América Latina.** 2023. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/cultura/audio/2023-07/comeca-fenearte-maior-feira-de-artesanato-da-america-latina#:~:text=Publicado%20em%2005%2F07%2F2023,quarta%2Dfeira%20\(5\)..](https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/cultura/audio/2023-07/comeca-fenearte-maior-feira-de-artesanato-da-america-latina#:~:text=Publicado%20em%2005%2F07%2F2023,quarta%2Dfeira%20(5)..) Acesso em: 20 jul. 2023.

GOMES, Samuel. **O artesanato e sua importância cultural e econômica, no passado e no presente.** 2021. Disponível em: <https://redeartesanatobrasil.com.br/2021/07/24/importanciadoartesanato/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

HELAL et al. O perfil da atividade artesã nos estados da região Nordeste do Brasil. **Texto para Discussão.** 2022. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/TPD/index>. Acesso em: 14 jun. 2023.

LOTTA, Gabriela. **Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil.** Brasília: ENAP, 2019.

LOTTA, G. S.; NUNES, A. C.; CAVALCANTE, S.; FERREIRA, D. D.; BONAT, J. Por uma Agenda Brasileira de Estudos sobre Implementação de Políticas Públicas. **Revista do Serviço Público**, v. 69, n. 4, p. 779-816, 2018.

LIMA, R.G. **Artesanato e arte popular: duas faces de uma mesma moeda?**, 2007 disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/pdf/Artesanato/Artesanato_e_Arte_Pop/CNFCP_Artesanato_Arte_Popular_Gomes_Lima.pdf

MACHADO, R.C.V. **Artesanato do barro**, Pesquisa Escolar On-Line. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco., 2007

MAY, Peter J.. Policy Learning and Failure. **Journal of Public Policy**, Cambridge, v. 12, n. 4, p. 331-354, out. 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4007550>. Acesso em: 12 mar. 2024.

MORAES, M. D. C.; SERAINE, A. B. M. S.; BARBOSA, C. Artesanato e políticas públicas no Brasil: uma trajetória entre economia e cultura. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, v. 10, n. 25, p. 159-182, 2020.

MORAES SOBRINHO, J.; FERREIRA, T. B.; HELAL, D. H.; COSTA, M. S. O papel do estado no desenvolvimento regional: análise das políticas públicas voltadas ao artesanato na cidade de Lajes Pintadas – RN. **Sinergia**, v. 17, n. 1, p. 23-34, 2013.

MORAES SOBRINHO, J.; HELAL, D. H. A Implementação de Políticas Públicas Voltadas a Atividades Artesanais: Análise do Programa de Artesanato da Paraíba. **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 80, p. 115-134, 2017.

MORAIS, Isabela Andrade de Lima; SANTOS, Ewerton Felipe dos. ATRAVESSADORES, TURISTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Desafio Online**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 70-89, jan. 2024. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. <http://dx.doi.org/10.55028/don.v12i1.18179>. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/>. Acesso em: 12 mar. 2024

PRESSMAN, Jeffrey L.; WILDAVSKY, Aaron. **Implementation**. Berkeley: University of California Press, 1973.

ROCHEFORT, D. & COBB, R. Problem definition: An Emerging perspective. In: D.A., Rochefort & R.W., Cobb (Eds.). **The Politics of Problem Definition: Shaping the Policy Agenda** (pp. 1-31). Kansas: University of Kansas Press. 1994

RODRIGUES, Ari. **Como a pandemia de Covid-19 afetou o artesanato brasileiro**. 2021. Disponível em: <https://redeartesanatobrasil.com.br/2021/07/16/pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

SABATIER, P. A. Top-down and bottom-up approaches to implement research: a critical analysis and suggested synthesis. **Journal of Public Policy**, v. 6, n. 1, p. 21-48, 1986.

SEBRAE. FGV Projetos. **O impacto da pandemia de Coronavírus nos pequenos negócios**. 10a. edição. Principais resultados. 2021. Disponível em https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/impactocoronavirus-nas-mpe-10aedicao_diretoria-v4.pdf. Acesso em 07 de abril de 2022.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos concretos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil**: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. UNICAMP; NEPP. 2000.

SMITH, T. B. The policy process implementation. **Policy Sciences**, Amsterdam, v. 4, p. 197-209, 1973.

SOUSA, J. R. F.; SÁ, M.; LORÊTO, M. S. S.; SOUZA, D. C. Construção de agenda e desafios locais à valorização e ao desenvolvimento coletivo do negócio de artesanato no Alto do Moura-PE . **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 27, n. 88, p. 1-17, 2022.

SOUSA, J. R. F.; SÁ, M.; SOUZA, D. C.; SILVA, S. K. Novos Modos de Fazer Artesanato e Desafios à Manutenção Econômica no Alto do Moura do Século XXI . **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, v. 26, n. 3, p. 557-585, 2020.

WU, Xun et al., **Guia de Políticas Públicas**: gerenciando processos. Brasília: ENAP, 2014.

APÊNDICE A - ROTEIRO SEMI ESTRUTURADO PARA ENTREVISTAS:

- Durante o período da pandemia, quais foram suas maiores dificuldades enquanto artesão?
- Dificuldades em renda, local de trabalho, comercialização, matéria prima, saúde (Observar qual será melhor desenvolvido pelo entrevistado(a))
- O sr/sra recebeu algum auxílio do governo de Pernambuco durante a pandemia? (E de governos municipais?)
- Esse auxílio tinha algum vínculo com o artesanato?
- Se sim. Qual foi e como ele lhe auxiliou nas suas atividades?
- Se não. O/A sr/sra acha que poderia ter recebido essa ajuda de que forma?

Por se tratar de uma entrevista semi estruturada, as perguntas podem ser alteradas (e novas podem ser adicionadas) no decorrer da conversa para melhor compreensão.

APÊNDICE B - INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- A coleta de dados foi iniciada após a aprovação do projeto de pesquisa pelo CEP e o cronograma proposto será cumprido.
- O orçamento financeiro desta pesquisa foi de inteira responsabilidade do pesquisador principal, com financiamento ligado ao projeto de pesquisa aprovado pela FUNDAJ (Resolução CONDIR FUNDAJ - 434/2021);
- Os dados coletados nesta pesquisa via entrevistas estão armazenados em pastas no computador pessoal do pesquisador, sob a responsabilidade do orientador no endereço da FUNDAJ Apipucos (Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos - Recife/PE), pelo período de mínimo 5 anos.